

Cultura Política no Pampa¹

Daide Carbonai

Doutor em Sociologia econômica pela Università di Teramo e professor adjunto do curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Endereço eletrônico: davide.carbonai@unipampa.edu.br.

Fernanda Mattos de Lima Valença

Acadêmica no curso de Ciências Sociais – Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Endereço eletrônico: fernandasottam@hotmail.com.

Resumo

O estudo foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa Cultura Política em São Borja, financiado pelo Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA) da Universidade Federal do Pampa, em 2013. A pesquisa tem por principal objetivo obter um mapa da participação e da cultura política da cidade de São Borja, a partir de uma coleta de dados por questionário conforme a típica análise survey, buscando oferecer um quadro pormenorizado dos tipos e níveis de participação e cultura política. A duração média de aplicação de cada questionário foi de 15 minutos, com a contagem total de 274 questionários. Entre as várias ferramentas de análise, foi criado um índice que intitulamos de «civicness» representando uma atitude cívica, em termos de participação cidadã por parte dos entrevistados. Destacando que: 43,8% dos são-borjenses entrevistados abririam mão do voto se este não fosse obrigatório; somente 19,8 % são filiados a algum partido; no voto para vereador 77,8% escolhe seu candidato pela pessoa, independente do partido ao qual está filiado; entre outros. O estudo da cultura política local se torna muito importante para compreender o funcionamento das instituições e da democracia, assim pelo caso da região do Pampa, mais especificadamente São Borja.

Palavras-chave: Cultura política. Participação política. Survey.

¹ Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014).

Introdução ao tema

Os estudos de participação política almejam encontrar respostas a um quadro paradoxal, no qual um modelo de democracia formal convive pacificamente com pouco engajamento cívico e uma cultura política subserviente; além disso, a confiança dos gaúchos em relação das instituições políticas e dos políticos é geralmente baixa como já mostrados em algumas pesquisas sobre o tema (Baquero; Reis, 2007).

Nesse tipo de estudos, os valores políticos e as atitudes cívicas, a confiança nas instituições e nos partidos – mas também a confiança interpessoal – torna-se fatores que é geralmente preciso considerar nas análises e incluir nas pesquisas; entre os vários exemplos, a confiança interpessoal fomenta o capital social, que por sua vez favorece instituições eficientes e o desenvolvimento econômico. É por meio de normas que governem a coexistência, as redes de associacionismo cívico, os elementos que melhoram a eficiência da organização social que vem fomentando-se iniciativas levadas de comum acordo (Putnam, 1993).

Putnam (2000) ressalta a importância das associações cívicas, que cumpririam a duas funções sociais: uma função interna, pelo fato de que as associações produziram hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público; e, do outro lado, externamente, porque favorecem as agregações de interesses e o controle institucional. É o modelo da civicness: comunidades caracterizadas por abundantes reservas de capital social e por isso mais eficientes e justas.

Para utilizar a linguagem dos economistas, o capital social se acumula – e por isso que é «capital» – produz benefício se não se gasta com o uso: ao contrário, quanto mais for utilizado, quanto mais cresce. Em outros termos, a confiança gera confiança.

Ao contrário do universalismo da civicness é o «familismo amoral»: todo o conjunto de práticas sociais que favorecem uma cultura política baseada em princípios particularistas (Banfield, 1958; Zinn, 2007; Cartocci, 2007). A expressão «familismo amoral» dá conta de uma situação em que a solidariedade social e o sentimento de pertencimento não se prolongam fora do ambiente da família:

Procure maximizar as vantagens materiais, imediatas, da família nuclear; parta do princípio que todos os outros farão a mesma coisa – esta parece ser a regra seguida pelos habitantes de Montegrano quando agem (Banfield, 1958: 83).

Em razão disso, nas regiões do Sul da Itália, por exemplo, o único motivo para mostrar preocupação com as questões públicas era a perspectiva de um ganho material e no curto prazo.

A partir dessas considerações e de qualquer forma dos estudos pioneiros de cultura política-entre os vários Almond e Verba (1963), mas também Power e Gonzalez (2003), Santos e Rocha (2011), Borba (2012) – que foi levado em consideração a oportunidade de um estudo da cultura política local. A pesquisa teve por principal objetivo obter um mapa da participação e da cultura política em São Borja, considerado também a escassez de pesquisas sobre o assunto.

Baquero e Prá, (2007: 38) sugerem que é importante validar o processo de construção histórica do Pampa e do Rio Grande do Sul, buscando assim compreender valores, normas e atitudes que trouxeram os padrões da cultura política; assim que seria possível inferir que:

[...]a estrutura de poder montada em função da militarização da sociedade rio-grandense, bem como a identificação do estancieiro como representante típico do gaúcho do «Pampa» brasileiro, contribuíram para o surgimento de uma sociedade excludente. Sociedade na qual os espaços de participação política, social e econômica, disponíveis aos diferentes segmentos sociais, se mostravam sempre bastante limitados.

Além da influência destes aspectos históricos sobre o comportamento político dos gaúchos, assim como os da fronteira oeste do estado, é necessário avaliar o impacto também do coronelismo, que traria repercussões em todo eleitorado brasileiro. Leal (1978) trata sobre o assunto; para ele, a natureza clientelística do processo firmaria uma relação subjetiva-emocional entre o eleitor e coronel. Dessa forma, o personalismo teria se institucionalizado em detrimento da cultura de confiança e aceitação dos partidos políticos.

Metodologia e amostragem

Este estudo foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa *Cultura Política em São Borja* e financiado pelo Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA) da Universidade Federal do Pampa, em 2013. A partir de uma coleta de dados por questionário, conforme a típica abordagem de survey analysis, a pesquisa teve por principal objetivo obter um mapa da participação e da cultura política em São Borja,

buscando oferecer um quadro pormenorizado da participação política, em relação de vários grupos sociais, identificáveis a partir das variáveis incluídas no questionário².

Trata-se, então, de uma análise exploratória de um banco de dados, ainda em construção: 274 entrevistados, o que retorna, com um nível de confiança P de 95%, um intervalo de confiança de ± 5.9 . De qualquer forma, o tipo de amostragem permite uma análise detalhada das relações entre participação e grupo social, cultura política e gênero, faixas etárias, nível de instrução, comportamento de voto, atitudes religiosas.

Entre as várias ferramentas de análise, principalmente associações entre variáveis categóricas, é aqui utilizado um índice de participação política, chamado de «civicness», a fim de representar a atitude cívica dos entrevistados; o índice é construído a partir do fato que os cidadãos atenderem ou não alguns requisitos: quanto mais requisitos foram atendidos, quanto maior o índice.

No que diz respeito ao perfil da amostra, obtida por meio de um processo de tipo probabilístico, tem-se 50,4% homens e 49,6% mulheres, todos com 16 ou mais anos de idade (se excluiu os menores de 16 anos porque não aptos ao voto). A amostragem foi realizada em nove bairros, todos na área urbana de São Borja, em concordância também à classificação exposta pelo IBGE, com distribuição equitativa da amostra. De qualquer forma, a análise que segue é realizada a partir dos 274 entrevistados, até novembro 2013. Todas as entrevistas foram acompanhadas por um entrevistador.

Um problema de confiança

Em linha geral, observam-se alguns elementos críticos já pelo que refere à confiança institucional (tabela 1). Neste caso, considerada a soma dos que respondem «muita» ou «razoável confiança», é somente no caso do Governo federal que se atinge uma percentagem acima de 50 por cento. Em breve, a maioria dos entrevistados confia pouco ou pouquíssimo nas instituições políticas e sociais listadas (tabela 1). Entre os vários itens, só 30,8% os que confiam na classe política de local.

Em linha com esses dados, o 44% dos entrevistados abriria mão do voto se o voto não fosse obrigatório. Eis, então, que «na hora de votar para vereador» [P.22]

² Uma cópia do questionário pode ser encontrada em <http://ubuntuone.com/53Fd7Pg24Pef8rsJsd1LpY>

77,8% dos entrevistados escolhem seu candidato em relação da «pessoa», sem tomar em conta a afiliação política (11,3%); o restante «não sabe/não faz diferença».

Tabela 1. A Confiança institucional em São Borja: porcentagem de quem responde «muita confiança» ou «razoável confiança» [P.8. Por favor, para cada um dos grupos ou instituições na lista seguinte, que agora vou mencionar, poder-me-ia dizer quanta confiança você tem? Se for 1. Muita;2. Razoável;3. Pouca;4. Nenhuma]

N=274	Tipo de instituição	Porcentagem
P.8.a.	O governo Federal	55,5%
P.8.b.	O Congresso Nacional	25,5%
P.8.c.	A Câmara dos Vereadores (São Borja)	42,2%
P.8.d.	Os partidos locais	34,4%
P.8.e.	Os partidos nacionais	28,3%
P.8.f.	Os sindicatos	47,9%
P.8.g.	A classe política de São Borja	30,8%

Como observado na introdução, o tema da confiança institucional é geralmente associado ao tema da confiança interpessoal: seja pela cultura personalista implantada na época do coronelismo ou mesmo pela confiança desenvolvida a partir dessa relação padrão-cliente, que por tratar de um acordo que envolvia troca de favores (relação subjetiva-emocional), demonstrava também a fragilidade das instituições formais.

O «problema» da confiança pode ser resumidamente compreendido em outra simples análise descritiva. Na pergunta treze do questionário, «considerada a sua experiência no dia-a-dia, pelo que refere a pessoas que não conhece pessoalmente», entre três possíveis opções de respostas, só uma mínima parte da amostra dos entrevistados (5,5%) acha «bom confiar nos outros», enquanto 77,7% «presta muita atenção antes de confiar nos outros» e 16,8% «nunca confia nos outros» (tabela 2).

Tabela 2 – A confiança interpessoal em São Borja

N=274	Porcentagem	Porcentagem acumulada
É bom [confiar nos outros]	5,5%	5,5
É bom prestar muita atenção antes de [...]	77,7%	83,2%
É bom nunca [...]	16,8%	100%

Torna-se importante destacar que a confiança está distribuída de forma homogênea entre gêneros, níveis educacionais, classes sociais, posição ocupacional. Na tabela 3 apresentam-se alguns teste de significância e três medidas de associação com a variável categórica apresentada na tabela 2. Especificamente, não encontramos uma associação significativa. Em outros termos a atitude a confiar/não confiar está distribuída da mesma maneira entre as três variáveis analisadas. Seja a estatística de Qui-Quadrado, Phi e V de Cramer, estão próximas de zero: o que indica uma débil associação entre as variáveis consideradas.

Tabela 3 – Teste de significância e medidas de associação entre Confiança, gênero, nível educacional, classe social e posição ocupacional

	É bom [confiar nos outros]	É bom prestar muita atenção antes de [...]	É bom nunca [...]	Total	X^2	P	Φ	V
<i>Gênero</i>				273	0,43	NS	0,04	0,04
Masculino	7 5,1%	105 76,6%	25 18,2%	137 100%				
Feminino	15 5,9%	212 78,7%	46 15,4%	136 100%				
<i>Nível educacional</i>				216	2,30	NS	0,10	0,7
Não alfabetizado + fundamental	5 6,0%	61 72,6%	18 21,4%	84 100%				
Médio	4 4,3%	76 80,9%	14 14,9%	94 100%				
Superior (outros)	1 2,6%	31 81,6%	6 15,8%	38 100%				
<i>Posição ocupacional</i>				218				
Empregados	9 5,2%	139 80,8%	24 14%	172 100%	0,91	NS	0,06	0,06
Desempregados	2 4,3%	35 76,1%	9 19,6%	46 100%				
<i>Classe social</i>				212	0,46	NS	0,4	0,4
Trabalhos não manuais	3 3,2%	77 81,9%	14 14,9%	94 100,0%				
Trabalhos manuais	6 5,1%	95 80,5%	17 14,4%	118 100,0%				

Em outros termos, a distribuição da confiança interpessoal não muda conforme os diferentes grupos sociais. Como se pode observar na tabela 3, a porcentagem dos que confiam («É bom confiar nos outros») permanece baixa, se não for baixíssima, entre as diferentes classes sociais, gênero, níveis educacionais, posição ocupacional. Ainda que

não sejam apresentadas as estatísticas, a distribuição da confiança não está associada a nenhuma das outras variáveis presentes no banco de dados.

A participação política e social

Além destas variáveis categóricas, a partir de um conjunto de perguntas com duas possibilidades de resposta – ou seja, se o respondente «atende» ou «não atende» uma característica esperada – foi criado um índice de atitude cívica dos respondentes (também chamando de «índice de civicness»). Não foi dada maior ou menor importância a nenhuma das variáveis (no total, sete variáveis dicotômicas), até porque não nos pareceu possível determinar o que é mais ou menos relevante à democracia: participar da atividade de uma associação ou ser afiliado a um partido. Dessa forma, todas as variáveis tiveram o mesmo peso (tabela 4). O cidadão que participa plenamente seria aquele que somasse sete pontos, e os mais próximos de zero seriam aqueles que não têm o menor interesse pela participação política e cidadã (Martins, Junior; Dantas, 2004). Tabela 4 – Participação Social [P.27: Geralmente, você participa de reuniões e atividades de alguma organização ou movimento coletivo?].

	Sim (%)
Partido político	13,6%
Associação de bairro	12,4%
Centro trad.(CTG, PTG,etc.)	14,6%
Associação animalista	2,6%
Sindicato	13,5%
Orçamento participativo	18,2%
Outras associações	16,4%

Como observado, o índice varia de um mínimo de zero até um máximo teórico de sete (no caso que o respondente atende todos os itens). Todavia, 52,7% dos entrevistados não atendem nenhum dos itens incluídos no índice (pontuação zero no índice). Só o 5,7% da população atende a quatro ou mais requisitos. O valor médio do índice é 0,92.

Além destas estatísticas descritivas, o que pode tornar o índice interessante é a associação com outras variáveis incluídas no questionário. Como no caso da confiança, distribuída de forma homogênea entre as variáveis incluídas no banco de dados, também pelo caso da participação cidadã observa-se que essa, além de ser geralmente baixa, se

não for baixíssima, ela também é distribuída de forma homogênea e independente em cima de um conjunto de variáveis. Por exemplo, o índice assim como construído é independente da idade do entrevistado, assim como demonstrando pelo coeficiente de correlação de Pearson ($r=0,14$).

Uma hipótese bastante debatida é relativa à relação entre nível educacional e participação política: a participação política ou de qualquer forma uma atitude pessoal de *civiness*, é maior entre os indivíduos com nível educacional maior? Nesse caso, ainda que observa-se uma diferença significativa entre os níveis de educação superiores (1,27) e os outros (tabela 5), a participação não aumenta muito nos níveis escolares superiores.

Tabela 5 – Índice de participação cidadã e nível educacional

	N	Média	F	Sig.
Não alfabetizado + Fundamental	84	0,81	6,91	0,00
Médio (completo e incompleto)	94	0,63		
Superior (e outros)	88	1,27		
Total	266	0,90		

Como no caso da confiança interpessoal, também a participação política expressa nesse índice se distribui uniformemente entre grupos sociais, gênero e faixas etárias.

Considerações finais

O texto traz alguns dados sobre a cultura e a participação política em São Borja; resumidamente, à baixa confiança interpessoal e institucional, acompanha-se uma débil participação política e social, como mostrado pelos valores do índice de *civiness*. A partir desses dados, então, a democracia funciona?

Em linha teórica, uma comunidade dotada de capital social, permite ao governo local dispor de uma densa rede de atores sociais, organizados, que por sua vez, participam do processo de criação, implantação e avaliação de políticas públicas, especialmente pelo que refere ao nível municipal da gestão pública: é a assim chamada «governança local» – ou «governance» – também para contrapor esse tipo de processo decisório ao processo típico do «government», aonde o governo local decide

unilateralmente as políticas públicas, de forma própria e independente dos atores sociais (Secchi, 2009).

Nesse último modelo, os eleitores escolhem o governo, por meio do voto, que exercita o poder. Todavia, em São Borja, considerado também que quase a metade dos entrevistados abririam mão do voto se não fosse obrigatório, com as eleições, a vida das pessoas [P. 17.] «piora» em 5,7% dos casos, «não muda» 63,6%, «melhora» no restante 30,7% dos entrevistados. Afinal, além da participação política e da confiança institucional e interpessoal – características próprias do modelo de governança – também o modelo de government encontraria alguns limites.

Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel A., VERBA, Sidney. (1963) *The civic culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press.

BANFIELD, Edward. (1958) *The Moral Basis of a Backward Society*. New York: The Free Press.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. (2007) *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS Editora.

BORBA, Julian. (2012) *Participação política: uma revisão dos modelos de classificação*. Soc. Estado, vol.27, n.2: 263-288 .

CARTOCCI, Roberto (2007) *Mappe del tesoro. Atlante del capitale sociale in Italia*. Bolonha: il Mulino.

LEAL, Victor Nunes. (1978) *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Alfa-Ômega.

MARTINS JUNIOR, José Paulo; DANTAS, Humberto. (2004) *O índice de participação e a importância da educação*. Opin. Publica, Campinas , v. 10, n. 2: 268-287.

POWER, Timothy J.; GONZALEZ, Júlio. *Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial*. Rev. Sociol. Polit. 2003, n.21: 51-69.

PUTNAM, Robert David. (1993) *La tradizione civica nelle regioni italiane*. Milão: Arnoldo Mondadori Editore.

PUTNAM, Robert David. (2000) *Bowling Alone: The collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster.

SANTOS, Manoel Leonardo; ROCHA, Enivaldo Carvalho da. (2011) *Capital social e democracia: a confiança realmente importa?*. Rev. Sociol. Polit., vol.19, n.38, pp. 43-64.

SECCHI, Leonardo. (2009) *Modelos organizacionais e reformas da administração pública*. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2.

ZINN, Dorothy. (2001) *La raccomandazione. Clientelismo vecchio e nuovo*. Roma: Donzelli.